

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-219. ISSN: 1808-8031

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v18i32.856>

O LUGAR DO DISCURSO E A GUERRA DE NARRATIVAS: a imprensa política no Maranhão Oitocentista¹

THE PLACE OF DISCOURSE AND THE WAR OF NARRATIVES: the political press in Maranhão in the 19th century

EL LUGAR DEL DISCURSO Y LA GUERRA DE NARRATIVAS: la prensa política en Maranhão en el siglo XIX

EDYENE MORAES DOS SANTOS

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6057-7106>

Doutoranda em História pela UNESP/Assis

Professora do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (UFMA/Codó)

Codó/Maranhão/Brasil

edyenemoraes@gmail.com

Resumo: Este artigo pretende apresentar um breve apanhado sobre os impressos políticos e sua influência nos contextos que contribuíram para a construção do Estado Nacional. A imprensa Oitocentista no Maranhão foi peça importantíssima para dimensionar debates em torno da vida político-partidária da província e ajudou a desencadear ações que demandaram medidas do Estado Imperial. As relações entre jornais, partidos, classes políticas e governo serão o objeto de análise deste artigo, considerando as dimensões que as narrativas sobre os fatos e o discurso político jornalístico alcançaram na vida sociopolítica do Maranhão no século XIX.

Palavras-chave: Imprensa. Política. Maranhão.

Abstract: This article intends to present a brief overview of the political press and its influence in the contexts that contributed to the construction of the National State. The 19th century press in Maranhão was an extremely important piece to scale debates around the political life of the province, helping to trigger actions that demanded measures from the Imperial State. The relations between newspapers, parties, political classes and the government will be the object of analysis of this article, considering the dimensions that the narratives about the facts and the journalistic political discourse reached in the socio-political life of the 19th century Maranhão.

Keywords: Press. Politics. Maranhão.

Resumen: Este artículo pretende presentar un breve panorama sobre las formas políticas y su influencia en los contextos que contribuyeron a la construcción del Estado Nacional. La prensa del siglo XIX en Maranhão fue una pieza de suma importancia para dimensionar los debates en torno a la vida política de la provincia y ayudó a desencadenar acciones que exigieron medidas del Estado Imperial. Las relaciones entre periódicos, partidos, clases políticas y gobierno serán objeto de análisis de este artículo, considerando las dimensiones que alcanzaron las narrativas sobre los hechos y el discurso político periodístico en la vida sociopolítica del Maranhão en el siglo XIX.

Palabras clave: Prensa. Política. Maranhão.

¹ Artigo submetido à avaliação em abril de 2021 e aprovado para publicação em junho de 2021.

Introdução

A história da imprensa no Brasil se confunde com o processo de construção do país enquanto nação. A autorização da instalação de uma prensa oficial foi uma das primeiras medidas após o desembarque da família real no Rio de Janeiro em 1808, e não é exagero afirmar que esses dois fatos mudaram os rumos da então colônia portuguesa. O sistema de informação colonial, antes regulado e fiscalizado pelas autoridades metropolitanas, passou a ganhar uma nova dimensão a partir da instalação da imprensa régia na Corte. A imprensa tornou-se o novo espaço de sociabilidade no território recém-alçado à categoria de Reino Unido (condição formalizada em 1815). A circulação de periódicos no Brasil ganhou uma nova abertura, não apenas com a possibilidade de circulação de jornais editados e impressos na Europa, mas também com a inovação de poder produzir informação editada, impressa e repercutida no próprio território latino-americano.

A imprensa criou, então, as condições necessárias à circulação de ideias, arregimentou em torno de si as classes letradas e abastadas, expressou em letras prensadas o cotidiano e as artes, “criou” a imagem das elites políticas, ditou as regras de convívio social, balizou a importância das praças comerciais, delimitou uma cultura baseada na palavra escrita e deu o tom do seu alcance social. Da primeira metade do século XIX, passando pela instabilidade do período regencial, a sua importância para a construção, estabelecimento e derrocada do Segundo Reinado, foi elemento primordial no processo de prefiguração do Brasil enquanto nação.

No Maranhão, o advento da imprensa por ocasião da instalação da primeira tipografia em novembro de 1821, deu origem, por sua vez, no mesmo ano, ao primeiro jornal da província, *O Conciliador*. Embora suas primeiras edições tenham sido lançadas de forma manuscrita, em abril daquele ano, esse periódico tornou-se o marco fundador da imprensa local e início do processo de construção de uma opinião pública que, guardadas as devidas proporções, ajudou a conduzir a nação ao longo do período imperial. Nas palavras de Joaquim Serra, “[...] a imprensa jornalística do Maranhão começou a viver antes da independência do Império” (SERRA, 1883, p. 14) e foi fundamental na construção de um discurso político que viabilizou narrativas sobre o processo de Independência e seus desdobramentos. O jornal tornou-se parte da vida cotidiana na província e, em determinados momentos, foi decisivo sobre os rumos da política local, tendo acompanhado períodos decisivos, como as lutas sociais no período da Regência, a Maioridade e o aparecimento dos partidos políticos, além de

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-219. ISSN: 1808-8031

muitos outros. No entanto, antes de analisarmos o contexto da imprensa maranhense, é preciso lançar um breve olhar sobre o panorama nacional.

Dito isso, este artigo tem como objetivo fazer um breve apanhado sobre o percurso da imprensa desde o primeiro jornal impresso, em 1808, até o advento de uma imprensa periódica de cunho político, nesse caso, os jornais produzidos no Maranhão, especialmente, na segunda metade do século XIX. Serão abordados, portanto, os primeiros impressos durante a primeira parte do século XIX e as publicações jornalísticas de cunho político no Maranhão durante o Segundo Reinado. O espaço restrito de um artigo não possibilita o aprofundamento de questões, mas ajuda a apontar algumas características iniciais a respeito do tema. Essas folhas foram importantes no processo de criação de uma imagem dos grupos políticos, principalmente os partidos, assim como ajudaram a formatar ideias, conceitos e ideologias para o convencimento da opinião pública. Para auxiliar no esforço de análise, foram eleitos os trabalhos de Marco Morel (2008), Rafael Cardoso (2011) e Maria de Lourdes Mônaco Janotti (1991) sobre a imprensa no Oitocentos, assim como o subsídio conceitual de Nicola Matteucci (1998) e Jean-Jacques Becker (2003) para compreender determinados termos e as intenções dos seus usos.

Os jornais impressos no Maranhão serão utilizados aqui como principais fontes de análise, concentrada entre os anos de 1842 e 1869, período de efervescência dos debates em torno das organizações partidárias provinciais. E, para a análise sobre as questões a respeito da legislação sobre liberdade de imprensa, serão usados o catálogo de leis sobre a imprensa brasileira, de Francisco das Neves Alves (1999), e o estudo das constituições da nação, de Octaciano Nogueira².

Os jornais e a imprensa régia na primeira metade do século XIX: breves considerações

A circulação do jornal *Correio Braziliense* em 1808 é considerado um marco na história da imprensa brasileira. Editado em Londres por Hipólito José da Costa, foi o precursor do periodismo no Brasil, pois foi o primeiro jornal autorizado oficialmente a circular em território brasileiro³, embora o público letrado tivesse acesso já antes de 1808 a

² NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições Brasileiras – 1824*. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2012. v. 1.

³ Sobre a circulação de periódicos no Brasil antes de 1808, Marco Morel assegura que “[...] é sabido que o *Correio Braziliense* não foi o primeiro jornal feito na Europa a ser lido regularmente no continente do Brasil, como então se dizia. Desde 1778, por exemplo, *A Gazeta de Lisboa* circulava pela América portuguesa, inclusive no Rio de Janeiro. O mesmo ocorria com as demais publicações impressas em Portugal e outras partes da Europa, como os 15 periódicos existentes durante o governo (1750-1777) do marquês de Pombal ou os nove que circulavam em Portugal em 1809: tratando de divulgação de cultura e utilidades, eram noticiosos, científicos,

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-219. ISSN: 1808-8031

outros periódicos que chegavam ao território colonial (MOREL, 2008). Mas o *Correio Brasiliense* ainda não era o representante de uma produção jornalística criada, pensada e executada em todos os seus melindres técnicos dentro do Império português.

De estética próxima à configuração de um livro, o jornal, hoje encadernado em forma de códice, nem de longe lembra o formato que os periódicos passaram a assumir em fins do século XIX. Mais que o formato, o *Correio Brasiliense* conjugava em seu conteúdo a típica formatação de um periódico das primeiras décadas do século em questão: os longos artigos versando sobre temas relacionados à política, economia ou filosofia; publicação de decretos e leis régias, proclamações do governo; notícias sobre os principais acontecimentos na Europa, no comércio e nas artes. Em geral, os principais jornais que circularam no mesmo período até um pouco antes ao processo de Independência, mantiveram esquema editorial semelhante. Quanto à estética, pouca ou nenhuma diferenciação havia entre os periódicos prensados à época e, com exceção dos brasões que identificavam a “logomarca”, imagens não eram usuais, uma vez que a tecnologia do período era limitada nesse aspecto.

A *Gazeta do Rio de Janeiro*, também de 1808, foi o primeiro periódico editado e impresso em terras brasileiras, seguido da *Gazeta Idade d’Ouro do Brazil*, impresso em uma tipografia na Bahia, em 1811. A gênese do que se tornaria a imprensa nacional depois de 1822 dava então os primeiros passos para a construção de uma identidade que, se em sua estética seguia os modelos ditados pelas gazetas londrinas e parisienses, em termos de conteúdo alimentava-se das demandas locais e promovia amplo debate sobre temas de interesse da América portuguesa.

Traçando o percurso da imprensa e as demandas adquiridas por ela ao longo das décadas iniciais do século XIX, Rafael Cardoso (2011) delimita a importância dos jornais na construção dos acontecimentos que principiaram na Independência brasileira e posterior processo de construção do Estado Nacional, assim como os jornais e sua difusão dos debates como fator de sociabilidade, sua importância para o comércio e toda a vida cultural brasileira⁴.

literários e históricos – e lidos pelos portugueses da Península e da América. Ou seja, haviam jornais produzidos na Europa e normalmente recebidos no Brasil pelo menos desde o século XVIII” (MOREL, 2008, p. 22).

⁴ De acordo com Cardoso (2011), “[...] é no contexto da Independência, entre 1820 e 1821, que os jornais do Brasil começam a se firmar como veículos de opinião e mobilização social, acompanhando os rumos da política. Não sem razão, a leitura em grupo era uma das formas de difusão dos textos impressos, o que, mais que o esforço para superar o iletrismo, pode ser caracterizado também como o modo de promover o debate, que tinha, na imprensa, uma de suas expressões de destaque. Assim, a leitura se firmava também como território da sociabilidade. Ao lado dos jornais de opinião, outro tipo de periódico era o que tinha como missão registrar informações mercantis e publicar anúncios, como *O Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, e *O Diário de Pernambuco*, de Recife, que eram necessários ao comércio geral, desde a abertura dos portos e o fim do

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-219. ISSN: 1808-8031

O contexto político encontrou ressonância no estilo panfletário da imprensa das primeiras quatro décadas do Oitocentos. Os jornais eram, naquele momento, plataforma dos debates e embates políticos, meio de divulgação e crítica das medidas oficiais do governo e de circulares, bandos, decretos e leis, dentre outros meios de comunicação do poder instituído com a opinião pública⁵. Para Marcelo Cheche Galves (2015), os jornais podem ser definidos como uma das “[...] dimensões da esfera pública de representação política” (GALVES, 2015, p. 40), especialmente em um momento de construção de conceitos e embates entre as elites “nacionais” e “portuguesas”. Para o autor, uma das questões que motivou a circulação do primeiro jornal no Maranhão – *O Conciliador*, em 1821 – esteve atrelada às repercussões da Revolução do Porto, questão que não se confunde com as futuras demandas por Independência, mas compõe o mesmo cenário de publicização da política, vivido desde então. O cenário político atrelado à propagação de ideias por meio da imprensa incluía, ainda segundo Galves (2015, p. 40), “[...] autores, financiadores, grupos que representavam, interesses que defendiam e argumentos para o convencimento da opinião pública”⁶.

Na mesma linha de raciocínio de Galves, para Arthur Germano Santos (2016), a imprensa passou a ser o centro dos debates no período pré-Independência sob motivação das movimentações em torno da Revolução do Porto. Na continuidade dessa conjuntura, nos anos que se seguiram à emancipação política do Brasil, “[...] as províncias começaram a observar os efeitos da expansão desses ‘mecanismos de participação política’ [...] esfera pública de

exclusivo comercial. Observa-se que não há uma gestação espontânea da imprensa, uma vez que sua afirmação depende de uma experiência social particular que a impulsiona” (CARDOSO, 2011, p. 9).

⁵ O conceito de opinião pública tornou-se variável ao longo tempo, mas foi assunto recorrente no primeiro quartel do século XIX nas páginas dos periódicos de maior circulação do país. Considere-se, pois, que esse conceito, muito mais fluido atualmente, tinha conotação mais restrita (BECKER, 2003), e é esse sentido que está explicitado aqui, concernente ao público restrito, de “privilegiados” sociais e letrados. Aprofundando o debate, Nicola Matteucci (1998) traz a definição de “opinião pública” como sendo “[...] de um duplo sentido: quer no momento da sua formação, uma vez que não é privada e nasce do debate público, quer no seu objeto, a coisa pública. Como ‘opinião’, é sempre discutível, muda com o tempo e permite a discordância: na realidade, ela expressa mais juízos de valor do que juízos de fato, próprios da ciência e dos entendidos. Enquanto ‘pública’, isto é, pertencente ao âmbito ou universo político, conviria antes falar de opiniões no plural, já que nesse universo não há espaço apenas para uma verdade política, para uma epistemocracia. A opinião pública não coincide com a verdade, precisamente por ser opinião, por ser doxa e não episteme; mas, na medida em que se forma e fortalece no debate, expressa uma atitude racional, crítica e bem-informada” (MATTEUCCI, 1998, p. 842). Sobre a importância da opinião pública para a construção da identidade da imprensa no Brasil Oitocentista, Marco Morel traz que “[...] nas duas primeiras décadas do século XIX surge, através dos papéis impressos no Brasil, a chamada opinião pública. Mas afinal, o que significa essa expressão? Há quem a tome de forma literal como personagem ou agente histórico dotado de vontade, tendência e iniciativa próprias. Porém, trata-se, antes de tudo, de palavras. A expressão opinião pública é polissêmica – e também polêmica. Conhecer a trajetória dessa noção numa determinada sociedade, situada cronologicamente e geograficamente, pode permitir uma aproximação da gênese da política moderna, isto é, pós-absolutista, cujos discursos invocando a legitimidade desta opinião continuam a ter peso importante na atualidade. Ou seja, a opinião pública era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral” (MOREL, 2008, p. 23).

⁶ Trecho transcrito com pequenas modificações na pontuação.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-219. ISSN: 1808-8031

participação de debate, esfera que não incluía apenas os jornais, mas os clubes, as associações, o teatro, as bibliotecas, entre outros” (SANTOS, 2016, p. 52-53).

Os editores-chefes, “donos” na maioria das vezes dos jornais, também ocupavam posições importantes nos estratos sociais provincianos, sendo também, em alguns casos, representantes do poder público e atuantes nas instituições estatais. Esse papel poderia ser exercido ainda por profissionais liberais, fazendeiros, médicos, engenheiros e, principalmente, membros dos grupos políticos em disputa pelos espaços de poder no período. A profissão de jornalista, que ainda não estava estabelecida no período e que só veio a ter visibilidade oficial a partir de fins do século XIX, era exercida por quem tinha a possibilidade financeira e possuía amplitude social de ser a voz da opinião pública nacional.

Dividindo espaço com esses informes oficiais e extraoficiais com os quais os editores dialogavam com a opinião pública, no espaço físico dos jornais, em geral, as últimas páginas eram reservadas para os artigos científicos e poesias e partes de obras literárias dos autores europeus. Alguns desses jornais já nesse período reservavam algum espaço ao comércio e divulgavam números e movimentação das praças comerciais. Os anúncios, tão comuns nos jornais da segunda metade do século XIX, ainda não eram usuais e apareciam raramente. Um dos exemplos de gazetas que se definiam para além do veículo de discurso político foi o jornal *O Patriota*, que circulou no Rio Janeiro entre 1813 e 1814 e se autodenominava um “[...] jornal literário, político e mercantil”⁷.

Ao lado dos jornais políticos, os jornais de anúncios e comércio, cujas edições podiam ser encontradas em várias cidades do país, passaram a ter importância. Eram necessários, como acima afirmado por Rafael Cardoso (2011), para o comércio de toda natureza e possuíram ampla circulação por várias províncias, inclusive cidades menores e de menor expressão mercantil – as edições de jornais de proposta mercantil podiam ser encontradas no Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Alagoas, São Paulo, entre outras províncias. A tradição dos jornais do comércio e anúncios esteve presente na imprensa das primeiras décadas do século XIX, tendo se mantido intacta até fins do século (CARDOSO, 2011).

Vale ressaltar que essas informações sobre os periódicos contrastam, se compararmos com as publicações e o estudo a respeito da primeira em relação à segunda metade do XIX. Ainda muito pouco explorado, o universo dos jornais e revistas no Segundo

⁷ *O Patriota*, n. 4, abr. 1813.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-219. ISSN: 1808-8031

Reinado é ainda uma área de estudos e análises que ajudam a traçar um perfil das mudanças e renovações da imprensa nesse período (CARDOSO, 2011).

A imprensa periódica no Maranhão: a guerra das narrativas

O contexto aqui eleito se refere ao recorte entre o processo de emancipação política do Brasil até à década de 1850 e o percurso que a imprensa fez nesse entremeio, bem como sua participação na construção das narrativas sobre a vida sociopolítica da província. Assim sendo, como análise inicial, vejamos as palavras proferidas em uma conferência realizada em 2 de fevereiro de 1919, na cidade de São Paulo, por Clovis Dunshee de Abranches, filho do político e jornalista maranhense Dunshee de Abranches. Em um esforço de resumir o papel representado pela imprensa na construção da ideia de nação e de cidadania e suas fases ao longo do século XIX, enquadrando o Maranhão em um contexto mais amplo, diz:

É a imprensa politica, que surge em todo o seu esplendor, substituindo o pamphleto de propaganda ou de doutrina e dando ao paiz nascente uma vida nova e mais fecunda. A Regencia acaba de presidir esse periodo aureo da intellectualidade nacional. Evaristo da Veiga, no Rio de Janeiro, e, nas provincias, Badaró, Garcia de Abranches, Odorico Mendes, Sotero dos Reis e tantos outros, e, logo depois, Joao Lisboa, o maior dos nossos estylistas, emprestam aos periódicos, que redigem, todo o fulgor dos seus privilegiados talentos. Os embates sao crús, porfiados e, as vezes mesmo, rancorosos e brutaes, porem se travam quase todos na esphera elevada dos principios, em torno das ideas e das causas nacionaes em jogo⁸.

Clovis Dunshee de Abranches faz um breve, porém, acertado resumo, do que significou a atuação da imprensa ao longo do Oitocentos, especialmente sobre a abordagem da vida política no Império. Os debates, sempre acalorados, transformavam os jornais nas tribunas e nos palanques em que as diferenças e aproximações entre os grupos políticos em disputa ou coligados mostravam a força e a necessidade da existência dessa modalidade de jornalismo. Para os grupos políticos, as folhas eram um suporte que, se por um lado ajudavam a divulgar suas ideologias, por outro simbolizavam o desejo de manutenção da aparência e estratégia de sobrevivência diante da opinião pública.

Durante análise sobre a conjuntura em que se desenvolveu a Revolta da Balaiada, em pleno período regencial no Maranhão, Maria de Lourdes Mônaco Janotti (1991) desenvolveu a ideia de que “[...] o jornalismo partidário sustentava-se em poderosas famílias

⁸ ABRANCHES, Clovis Dunshee de. *A boa imprensa*. São Paulo: [s. n.], 1919. p. 10.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-219. ISSN: 1808-8031

latifundiárias e era eficiente instrumento de sua dominação” (JANOTTI, 1991, p. 49). Nesse período, não apenas a qualidade, mas a incisiva participação dos jornais na vida política da província tornava, nas palavras de Janotti (1991), a imprensa maranhense uma das mais importantes da época. Tendo sido acusada de insuflar o conflito, a participação dessa imprensa política, especialmente dos jornais sob influência ou em nome do partido Liberal, foi fundamental no desenrolar dos acontecimentos, e ajudou a criar/ampliar os conceitos sobre o momento vivido. Janotti (1991) chama essa modalidade de escrita periódica de “jornalismo panfletário” e que teve como principais representantes naquela ocasião os jornais *Crônica Maranhense*, *Amigo do País*, *O Investigador*, *O Censor* e *O Bentivi*.

Ao descrever o contexto dos anos 1840 na província, João Francisco Lisboa (s/d) situa a imprensa como um instrumento indispensável aos partidos que se organizavam naquele período. Assim, para ele, em meio à efervescência desses grupos, “[...] nunca o Maranhão teve mais jornais do que hoje em dia, mas também podemos afoutamente dizer que nunca o jornalismo esteve mais decadente e desanimado”⁹. Lisboa, expondo a soma de pelo menos seis jornais em circulação no momento em questão, talvez tenha desconsiderado a presença de tantas outras folhas que, por opção, tenha deixado de fora de sua matemática. Contamos, apenas, na década a qual se dedica a narrar os fatos do *Jornal de Tímon*, pelo menos 14 periódicos políticos, de curta e média duração, circulando, debatendo os assuntos mais urgentes e interferindo na vida administrativa da província.

Gravitando em torno das agremiações políticas, essas folhas buscavam estabelecer um debate que ao mesmo tempo em que evidenciava suas propostas a um público mais geral, especialmente potenciais votantes e eleitores nas eleições, também reafirmava as rivalidades e alianças estabelecidas com outras agremiações políticas. Importante pensar que possuir um jornal era vital para a sobrevivência do grupo, pois, se uma vez que uma determinada folha poderia ter vida efêmera e desaparecer depois de poucas edições, logo em seguida outro periódico vinha à luz para dar suporte ao partido, não permitindo a perda dessa cobertura. Poderiam existir, inclusive, dois, três ou mais jornais “testemunhando” ao mesmo tempo em favor de um mesmo partido. Nem sempre essa coexistência significava coesão de ideias. Mesmo entre jornais de mesmo direcionamento ideológico, os embates poderiam colocar em dúvida uma determinada visão sobre o momento político. Como exemplo, na década de 1840, circulavam pelo menos seis jornais dedicados ao partido Liberal, quatro ao partido da Ordem (Conservador ou Saquarema) e quatro pertencentes aos correligionários do partido Bem-te-vi.

⁹ LISBOA, João Francisco. *Jornal de Tímon: eleições na Antiguidade e Eleições e Partidos Políticos no Maranhão*. Brasília, DF: Editora Alhambra, s/d. p. 168.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-219. ISSN: 1808-8031

Nem sempre havia entre eles convergência de ideias. A disputa pelo lugar da narrativa às vezes se sobrepunha à ideologia professada. Sobre essa imprensa eminentemente política, em disputa pelo lugar de fala, Lisboa nos diz:

Os jornais propriamente políticos ou de partidos têm uma circulação ainda mais restrita que os outros e nem porque são algumas vezes distribuídos gratuitamente, avulta em demasia o número dos seus leitores. Os redatores destes são retribuídos indiretamente com a satisfação de suas pretensões, e as despesas de imprensa pagas do produto das assinaturas dos partidistas em geral, se não à custa de dous ou três dos mais exaltados e empenhados na publicação, não sendo de todo sem exemplo que as tipografias lhe percam o feitio, quando a de cadência do partido, ou a falta de brio dos chefes, passam além de toda medida. [...] Da nossa imprensa política é que se pode principalmente dizer que é um respiradouro por onde os partidos exalam e vertem os seus maus humores, por que mesmo quando não invectiva, insulta e calunia na rigorosa acepção dos termos, alimenta-se todavia de incessantes personalidades, despendendo exclusivamente no louvor e vitupério de certas e determinadas individualidades toda a seiva e vigor de que é dotada, e que melhor aproveitaria na discussão larga e nobre dos princípios e dos grandes interesses da sociedade¹⁰.

As disputas entre os jornais refletiam um ambiente de animosidade, espelhando as lutas entre partidos e facções na província pelos espaços de poder, entre cargos eletivos e empregos públicos. A existência de uma seara de impressos defendendo posturas políticas antagônicas caracterizava-se como um quadro comum em que o jornal fora utilizado como o campo de batalha de visões de mundo diferentes. No entanto, em uma situação anômala, folhas de um mesmo partido poderiam competir pela legitimidade da narrativa, apontando incoerências nos conceitos e posturas adotadas por cada editor sobre os princípios defendidos. Professar a mesma fé política não implicava consenso de ideias. Esse debate foi levantado pelo jornalista e político Candido de Almeida no jornal *O Observador* como forma de expressar as multiplicidades de vozes em um mesmo espaço e choque de interesses que provocava. Ao rebater a postura de uma folha que outrora colocava-se frente às questões do partido Saquarema no Maranhão, em pouco tempo aderiu às propostas de conciliação com a Liga Maranhense, tendo utilizado seu impresso para declarar apoio a esse novo partido. Assim, o redator de *O Observador* expressa sua preocupação com a funcionalidade da imprensa em torno do fortalecimento dos partidos. Um jornal que dividisse opiniões dentro de um mesmo grupo político retrocedia no objetivo de alavancar uma imagem positiva à agremiação ao qual servisse:

¹⁰ LISBOA, João Francisco. *Jornal de Tímon: eleições na Antiguidade e Eleições e Partidos Políticos no Maranhão*. Brasília, DF: Editora Alhambra, s/d. p. 169.

Emprehender a redacção de uma folha, órgão de um partido político em qualquer tempo, é tomar sobre si não pequena responsabilidade; e todo o indivíduo que se abalançar a execução de tal projecto deve medir suas forças e recursos para não incorrer na pecha do irreflectido e temerario. Estas considerações pouco avultarão se outra fora a época da publicação da nossa folha, porém actualmente ellas parecem centuplicar do valor—ao menos a primeira vista; porquanto abundam os Periódicos — e a existência de mais um deve parecer uma superfluidade, ou pasto de louco capricho, se rasões de grande importancia não justificassem a sua aparição. A isto accresce que não bastava conhecer-se a necessidade da existencia de mais uma folha entre nós, era de rigor demonstrar-se a sua oportunidade e conveniencia na presente quadra, e se os nossos meios e direcção não farião murchar em flor os fructos esperados¹¹.

O aparecimento da Liga, por sua vez, motivada pelo desejo de conciliação entre os partidos maranhenses e uma tentativa de rearranjo das elites em torno do então presidente da província, Joaquim Franco de Sá, teve, na imprensa, efeito contrário. A guerra dos periódicos mostrou uma intensa divisão interna e externa dos partidos, uma vez que a proposta do grupo de Franco de Sá maculava duas prerrogativas fundamentais na relação partidária: a ideia de manutenção de um regime representativo baseada no bipartidarismo e a concepção de neutralidade do presidente da província.

A guerra de perspectivas por meio da imprensa, e que levou às disputas entre as organizações partidárias que se digladiavam pelo espaço de poder na província, motivou o aparecimento de uma série de impressos que ajudaram não apenas a propagandear seus partidos, mas formatavam os conceitos que a opinião pública consumiu como notícia política. Arthur Roberto Germano Santos (2016) construiu o percurso dos partidos no final da década de 1840, com a junção da Liga Liberal Maranhense aos já estabelecidos partido Liberal/Bem-te-vi e Cabano/Squarema/Conservador.

Ao descrever a construção das ideias em torno dos personagens dessa época, Santos (2016) enfatiza a criação de termos e apelidos, que funcionavam como uma arma descritiva e que possuía como função desmoralizar o oponente. Joaquim Franco de Sá, por exemplo, era largamente citado nos jornais opositores como “O metralhador”; já os Liberais eram apelidados de “Camarilha” (SANTOS, 2016). Os partidos se valeram efusivamente desse recurso narrativo, pois a necessidade de angariar correligionários, simpatizantes à causa e convencer a opinião pública da inaptidão dos seus adversários era uma arma tão poderosa quanto o voto. Aliás, era no período de eleições que essas rivalidades extrapolavam os limites da escrita. As disputas nas ruas influenciavam o uso dos termos nos jornais e os jornais, por

¹¹ *O Observador*, n. 1, 29 jul. 1897. p. 1.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-219. ISSN: 1808-8031

sua vez, criavam as antonomásias que eram utilizadas nas discussões nos logradouros das cidades.

Os jornais que apareceram de 1847 em diante, entre eles, *O Canella* (1849), *O Estandarte* (1853-1856), *O Homem do Povo* (1847), *O Mexeriqueiro* (1849) e *O Bem-tivi Caxiense* (1849) foram impressos e suas finalidades estavam em fazer oposição ao partido ligueiro. Mesmo após o fim da presidência de Franco de Sá em 1848, a persistência da ideia elencada pela Liga da junção de interesses partidários em torno do presidente da província ultrapassou a vida útil da própria Liga, estendendo-se até os primeiros anos da década de 1850. Essa narrativa que se manteve para além da própria existência do objeto de disputa, em um espaço em que o temor de novas tentativas de conciliação ultrapassava as fronteiras do discurso, denotou a força das ideias propagadas pela imprensa e como uma ideia política, enquanto fenômeno discursivo, desvaneceu-se muito lentamente.

Voltando às reflexões de Candido Mendes sobre o período, tem-se um cenário que espelhava nos jornais, a saber: a comoção das ruas. Ou seria o contrário? Qual a medida do alcance do discurso jornalístico e sua capacidade de influência na vida prática dos maranhenses? O debate saía dos jornais e tomava forma na vida material ou eram os imensos desafios da vida prática que pautavam os posicionamentos nos jornais? Acreditamos que havia, naquele celeiro de complexas relações, um movimento dialético de complementariedade, de fluxos e refluxos, do discurso determinando o cotidiano e os acontecimentos influenciando a escrita jornalística. Nesse sentido, Candido Mendes, nas páginas do seu *O Observador*, lega-nos uma descrição não muito diferente de João Francisco Lisboa sobre uma suposta decadência dos costumes incentivada pelo modo essencialmente jocoso de narrar a realidade pelos impressos. Mendes nos diz:

A imprensa acha-se no maior desregramento possível. Prega-se abertamente a revolta, a carnificina e o saque, sem que a autoridade competente com isso se importe; os fatos da vida privada são trazidos à luz da publicidade e nem se respeita a moral pública, as convicções e o crédito alheio. Tal o estado atual do Maranhão. E quais as causas de tanta miséria?¹²

A forma particular da imprensa política do período de expressar suas posturas ou desgostos era evidenciada especialmente na linguagem sensivelmente direta, por vezes irônica, chistosa, anedótica, dentre outras opções menos lisonjeiras presentes nos discursos. Nomear a si e aos adversários utilizando determinados atributos depreciativos denota uma

¹² *O Observador*, 7 dez. 1849 apud VIVEIROS, Jerônimo de; MELLO, Luís de (org.). *Dois estudos históricos: esboço da história do açúcar no Maranhão & no tempo das eleições a cacetes*. São Luís: Ponto a Ponto Gráfica e Editora, 2016. p. 193-194.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-219. ISSN: 1808-8031

estratégia de autoafirmação e demarcação limitada e de intensas disputas. Mais do que a índole e a imagem do partido, estavam em disputa as oportunidades de acessar os melhores empregos públicos, os cargos eletivos, uma posição social (talvez econômica) de prestígio e a conquista de uma opinião pública dividida e tendenciosa entre tantas narrativas disponíveis. A linguagem no limite do decoro social também era uma forma de demarcar território e assumir posturas em um campo de guerra político-administrativo. Assim, vemos na folha de vida efêmera publicada em 1849, liberal e anti-Liga, de nome *O Mexeriqueiro*. O editorial de abertura do primeiro número nos apresenta um interessante exemplo de um jornalismo político que elevava a níveis delicados as intenções do debate. Os pasquins políticos tendiam a utilizar, em comparação aos jornais de maior circulação, uma linguagem bem mais enfática e provocativa. Eis o que nos diz *O Mexeriqueiro* no seu número de abertura:

Prompto, rapaziada do jornalismo. Aqui me tendes a mim também na arêna para ajudar-nos a esmagar os corcundas metralhadores, liberalões de nova espécie. E desde já vos vou declarando, que não tenho papas na língua, nem pretendo ser bahun de ninguém, que da minha boca jamais sahirá senão a verdade; e se ella por vezes parecer um pouco crúa, soffrei a com paciência, em atenção à minha sinceridade, ao ardor patriótico que me inflama, e à sofreguidão que me persegue de aniquilar e banir para sempre da política maranhense - os Gatas - os Patuscos - os Zumbidos - os Gatos Capados - os Donzellos Safados - os Pipas Sarameos - os Mucuras - os Pimentões e mais reptis do cortejo suizo que habitam as repartições provinciaes, e entisicão seus cofres, sem a menor piedade e compaixão para com o suor do pobre povo, que ainda em cima é calumniado e insultado por esta pandilha ligueira. Declaro-vos mais, que sou liberal dos quatro costados, Bemtivi de papo amarello [...]. Eis a minha cor política, o mais não é da vossa conta [...]¹³.

As maneiras de expressar as rivalidades faziam os redatores recorrerem em algumas situações até ao poder provocativo da poesia e das quadrinhas, ou mesmo pequenos contos literários, a fim de transformar determinados personagens ou grupos em objeto de riso e escárnio público. Também se utilizavam desse estilo literário para exaltar as qualidades, realizações dos partidos e elevar a imagem de correligionários e potenciais aliados. Jornais como *O Tymbira*, *O Cacete*, *A Sentinella da Liberdade*, *O Luzia*, *O Canella*, dentre outros, e em sua maioria pasquins de curta existência, costumavam usar esse recurso largamente com o objetivo de afrontar adversários, exaltar a pátria, denunciar fraudes e apontar as qualidades, objetivos e lutas de seus partidos. Encontramos um exemplo curioso do uso desse expediente no jornal *O Bemtivi Caxiense*, de 1849, cujo estilo satírico direcionado especialmente aos opositores do partido Saquarema também servia como uma forma de noticiar determinados fatos da vida política da província. Nos versos anedóticos, o jornal se posicionou a respeito

¹³ *O Mexeriqueiro*, n. 18, maio 1849. p. 1.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-219. ISSN: 1808-8031

dos partidários que regularmente trocavam de agremiação impulsionados pela conveniência política do momento ou motivados por ambições pessoais.

Os jornais, sob essa perspectiva, também existiam para manter os correligionários interessados nas propostas dos partidos, sentirem-se publicamente representados e acatarem a impressão de possuir voz ativa no coro da opinião pública. Mesmo assim, como nos mostram os versos abaixo, a evasão e mudança de lado faziam parte da “ordem do dia” dessas organizações políticas. A escolha por esse recurso de comunicação baseado no chiste e no escárnio denunciava, por outro lado, uma questão que poderia ter uma séria repercussão na vida e sobrevivência desses grupos. Era, por assim dizer, um recurso didático curioso, e talvez até em alguns casos mais eficiente, na pretensão do confronto direto que o texto jornalístico tradicional geralmente utilizava em tom acusatório e agressivo. Aos pasquins contrários restava responder e elaborar defesa às vezes pela mesma via. Aos personagens direta ou indiretamente “ofendidos”, as cartas de repúdio eram o expediente a que recorriam. Vejamos a mensagem em versos repercutida na folha *O Bemtivi Caxiense* sobre a frágil fidelidade partidária no Maranhão:

O grande, e valente
O João Capador,
Foi-se: oh! meu Deus!
Que ânsias! Que dor!

Foi muito zangado,
Aliás com razão,
Pois não foi possível
Fazer oposição.

São uns miseráveis,
Disse elle bradando;
Fiquem-se, que eu vou
Por aqui me esgueirando

O Coronel vendo isto
Bem triste ficou,
E se retirar,
Também protestou.

O Gerundio magnado,
Protestou tristemente,
Oh! Céus! aqui fica,
Sozinho e sem gente!

O Zezinho então disse,
Não esmoreça papai!
O remédio está prompto
- A casaca virai -

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-219. ISSN: 1808-8031

Responde o Gerundio,
Ah! Zuza, quem dera!
Se elles quisessem me,
De certo eu o fizera!

Porém eu duvido,
Me queiram acceitar,
Por ser muito prompto
Em casaca virar.

O Major Athanazio,
João Gonçalves também,
Dizem, nos deixarão,
Sem dar parte, alguém.
E se isto assim é,
O que vamos fazer?
O recurso que temos,
É chorar, e sofrer!¹⁴

O clima de enfrentamento, entretanto, podia vir acompanhado de consequências menos poéticas. A frequente repetição de artigos enfatizando a liberdade de imprensa denotava uma preocupação justificada pelas frequentes ranhuras na relação entre a liberdade de imprensa e o poder instituído. Nas palavras do redator de *A Nação*, “[...] a imprensa livre é o sacro palladio das liberdades públicas; mas a imprensa libertina será a piscina pútrida onde refervem alimárias”¹⁵. Não estava em disputa apenas o espaço de atuação dos agentes políticos como personagens nas páginas impressas. A guerra de narrativas, por algumas questões, incluía a construção da imagem do governo e da infalibilidade do Estado, além de certo grau de contestação a um projeto monárquico imperfeito e, naquele momento, em construção. A perseguição a jornalistas por lideranças oficiais demonstrava a força do discurso jornalístico, ao mesmo tempo em que exibia as tensões de um Estado que era convidado a conviver com um poder que ultrapassava os limites de atuação das instituições de governo.

Em seu editorial, o jornal *A Voz do Bacanga*, de maio de 1849, levantava denúncia sobre a prisão supostamente arbitrária de um de seus redatores a mando do então presidente da província, Herculano Penna. A oposição frontal do jornal à administração do presidente desencadeou uma série de ações oficiais e extraoficiais que resultaram em uma contundente vigilância das linhas de argumento do periódico e da movimentação de seus redatores. Estamos elencando aqui apenas um exemplo dentre tantos outros de discordâncias entre o poder oficial e o posicionamento da imprensa.

¹⁴ *O Bemtivi Caxiense*, n. 7, 1 jul. 1849. p. 2-3.

¹⁵ *A Nação*, n. 1, 12 maio 1869. p. 1.

Um dos nossos redactores da Voz do Bacanga e proprietário da oficina Typográfica onde se imprime esse periódico, o sr. Botelho foi ante hontem arrancado do seu estabelecimento e foi conduzido no meio de uma escolta da polícia para o Quartel do Campo de Ourique à ordem do Presidente da Província!!! [...] O Sr. Penna queria uma imprensa que lhe fosse intoar hymnos de asquerosa lisonja aos pés da cedeira presidencial mas encontrou uma imprensa livre que tem sabido revellar ao paíz esse horrível systema de sanções, perseguições e provocações [...]¹⁶.

A alegação oficial sobre a prisão do redator da folha liberal foi justificada por suposta falta do acusado ao exercício de suas funções na Guarda Nacional. À polícia, o senhor Botelho alegou que embora tenha sido designado ao posto no destacamento, nunca de fato o assumiu. O jornal, por sua vez, dedicou edições inteiras à acusação de perseguição e limitação da liberdade de imprensa. O assunto que, aliás, era uma preocupação permanente nas páginas dos periódicos, não passava despercebido pelo sistema de leis do Império. A ideia de que a classe política e a opinião pública se deixavam influenciar pela “ficção” criada pelos jornais, alimentava a constante necessidade de vigilância das atividades jornalísticas no país¹⁷.

A respeito da legislação direcionada à regulação da liberdade de imprensa, o primeiro decreto sobre o tema foi aprovado em 5 de junho de 1823 no afã dos processos posteriores à emancipação política do Brasil. Esse decreto, longe de assegurar as garantias fundamentais de liberdade de expressão e livre divulgação de conhecimento, prezava pela coibição aos chamados “abusos da liberdade de imprensa”, essa, por sua vez, sendo um instrumento que apenas deveria ser utilizado para o bem da pátria e interesse geral do Estado:

Considerando que, assim como a liberdade da imprensa é um dos mais firmes sustentaculos dos Governos Constitucionaes, tambem o abuso della os leva ao abysmo da guerra civil, e da anarchia, como acaba agora mesmo de mostrar uma tão funesta, como dolorosa experiencia: E sendo de absoluta necessidade empregar já um prompto, e efficaz remedio, que tire aos inimigos da Independencia deste Imperio toda a esperança de verem renovadas as scenas, que quasi o levaram á borda do precipicio, marcando justas barreiras a ella liberdade de imprensa, communicar livremente suas opiniões, e idéas, sirvam sómente de dirigil-o para o bem, e interesse geral do Estado, único fim das sociedades politicas [...]¹⁸.

Importante frisar que essa tônica de cerceamento de liberdades permaneceu como um marco legal durante todo o Império. Isso quer dizer que das 24 leis e decretos aprovados

¹⁶ *A Voz do Bacanga*, n. 31, 22 maio 1849. p. 1.

¹⁷ *A Revista*, n. 176, 4 abr. 1843.

¹⁸ CÂMARA LEGISLATIVA IMPERIAL. Decreto de 22 de novembro de 1823: manda executar provisoriamente o projeto de lei da Assembleia Constituinte sobre liberdade de imprensa. In: *Decretos, cartas e alvarás de 1823*. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/Legimp-F_85.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021. p. 89.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-219. ISSN: 1808-8031

entre 1823 e 1871, 17 versavam sobre a necessidade de o Estado impedir os abusos e delitos da imprensa, por usufruir de um livre arbítrio que ela apenas achava que possuía (ALVES, 1999). A saída, muitas vezes, era guardar incógnitos os nomes de seus redatores ou aliar-se ao governo por meio do apoio aos presidentes de província ou através do partido político no poder.

A guerra ideológica entre o governo reverberava entre os jornais que já guardavam entre si as rivalidades próprias do ambiente político dividido entre partidos. Quando em edição de 6 de novembro de 1851 o periódico liberal *O Argos Maranhense* alegou ter recebido ameaças do rival conservador *O Constitucional* em divulgar os nomes de seus redatores, a posição do jornal consistiu em declarar que o exercício de sua atividade jornalística era realizado sem temer as consequências de suas opiniões¹⁹. Nesse ambiente, a possibilidade de professar sua fé política sob o respaldo do anonimato era, em alguns casos, a saída viável para evitar o peso da lei, especialmente para garantir a sobrevivência dos pasquins e folhas de linguagem mais panfletária.

Embora as leis e decretos mandassem uma mensagem baseada na limitação do alcance dos debates nos jornais, nos bastidores do poder, o discurso legislativo prezava pela seguridade da liberdade de ação da imprensa, entendendo-a como veículo indispensável ao exercício da liberdade de expressão, um dos símbolos da filosofia liberal, modernidade e da civilização, a qual o Brasil tanto lutava por adequar-se desde que o uso da liberdade respeitasse o limite da moral e os marcos legais instituídos. No Senado Imperial, a discussão ganhava sempre alguma atenção na tribuna. O senador Francisco de Paula Sousa e Melo resumiu as principais preocupações sobre a matéria:

[...] Que de injúrias e calúnias tenho eu recebido de jornais! Mas não me embaraço com elas; para os que me conhecem nada influem; e para os que me não conhecem, se são sensatos, espero que indaguem primeiro, e depois decidam; e nem por isso deixarei de querer abençoar a liberdade da imprensa. [...] O que cumpria era que os diretores das opiniões ou partidos políticos influíssem para que os nossos jornais não servissem de veículos de indignidade, não servissem só para ferir a honra e a verdade, e não dessem ao mundo um testemunho de nosso atraso e imoralidade²⁰.

¹⁹ No editorial sobre a defesa das qualidades de um governo republicano, em comparação à monarquia, expondo sua rivalidade com *O Constitucional*, *O Argos Maranhense* argumentou: “*O Constitucional* nos ameaça com a publicação dos nossos nomes, ufano de que com isso nos intimida. Engana-se. Não somos cobardes; combatemos a rosto descoberto; e nem em tempo algum declinamos para outrem a responsabilidade das nossas ideias e dos nossos artigos”. *O Argos Maranhense*, n. 44, 6 nov. 1851. p. 1.

²⁰ SENADO IMPERIAL. Fala do senador Francisco de Paula Souza e Melo. *Anais do Senado*, livro 7, ago. 1843. p. 290.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-219. ISSN: 1808-8031

Outro lado da existência de uma legislação brasileira de imprensa destaca justamente o poder de influência dessa esfera comunicativa nos acontecimentos da vida político-administrativa. O grau de interferência da imprensa na realidade pode, de acordo com a historiografia, ter desencadeado momentos decisivos na história. Das lutas pela Independência em um aspecto geral, das consequências da Setembrada à eclosão da Balaiada em nível local, os debates ultrapassaram os limites das páginas impressas. Um desses momentos foi evidenciado pela participação da imprensa liberal na eclosão da já citada Balaiada (JANOTTI, 1977, p. 34)²¹.

A historiografia sobre o evento acusa que os embates acalorados entre as publicações motivaram o levante imbuído do conceito de um liberalismo popular que existiu para além das discussões e das rivalidades entre os periódicos. Cabanos e Bem-te-vis travaram uma luta, dentro e fora do campo da ação, que também foi uma disputa de narrativas. Quando, em edição de outubro de 1851, no jornal do partido Liberal, *O Argos Maranhense* acusava as próprias folhas liberais de recusarem a proposta do partido de abertura de uma Constituinte para a reforma da Constituição de 1824, percebe-se que a fluidez do diálogo entre órgãos de um mesmo campo ideológico enfrentava seus obstáculos. Foi pelas discussões nas esferas legislativas, mas também pela pressão da imprensa aliada a esse partido, que a reforma constitucional tão almejada por um setor do antigo partido Luzia não encontrou logro. Esse é apenas mais um dos exemplos, dentre tantos, do poder de influência que os impressos exerciam na esfera política local e nacional. Nesse sentido, no Maranhão a imprensa era parte de uma dimensão muito além dos poderes locais, poder esse dinamizado pelas alianças a famílias e grupos políticos, prezado e temido pelo governo, às vezes aliado, às vezes adversário, porém necessário no amplo aspecto de construção do Estado.

Analisando por uma perspectiva mais geral, os jornais refletiam, de uma forma ou de outra, os ânimos e as influências da Corte. Na década de 50, por exemplo, no embalo da Conciliação dos partidos Liberal e Conservador, observou-se na província um relativo abrandamento das posturas partidárias nos discursos dos periódicos. A partir de 1852, diz Arthur Germano Santos (2016, p. 60), “[...] o debate na imprensa assume uma tendência de encapsulamento e fica circunscrito, majoritariamente, às tentativas deste ou daquele grupo de angariar mais ou menos apoio político”. Mesmo com as especificidades locais, a conexão

²¹ Para Maria de Lourdes Mônaco Janotti (1977), a participação da imprensa na deflagração das lutas sociais da Balaiada foi fundamental no percurso da revolta. Para a autora, a discussão sobre a influência da imprensa partia dos jornais contemporâneos ao fato. Ao analisar a parcela de contribuição de João Lisboa e do partido Liberal, Janotti afirma: “Vários foram os jornais que responsabilizaram a imprensa liberal e particularmente Lisboa pela insurreição. Dentre eles, destacam-se: *Sete de Setembro*, *Investigador Constitucional* (logo substituído pela *Revista*), *Crônica dos Cronistas*, *O Amigo do País*, *O Legalista*, etc.” (JANOTTI, 1977, p. 34).

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-219. ISSN: 1808-8031

entre província e centro ainda reverberava, em algum nível, na forma como a imprensa enunciava suas pautas, criava conceitos e discutia a vida política das instituições.

Considerações finais

A imprensa desempenhou papel decisivo nos rumos políticos administrativos em nível nacional, mas também deixou sua marca na vida provincial, desencadeando rivalidades e alianças que ditavam o ritmo da vida no Maranhão Oitocentista. A efervescência do jornalismo nacional teve sua estreia em 1808, no mote das mudanças que sobrevieram com a transferência da família real portuguesa para a colônia. A instalação da primeira prensa no mesmo ano deu origem ao primeiro jornal confeccionado no Brasil, *A Gazeta do Rio de Janeiro*. No Maranhão, a circulação de ideias ganhou ainda espaço com toda a movimentação em torno do processo de Independência do Brasil e, posteriormente, das disputas pela adesão da província à emancipação política do país.

O advento de um jornalismo político engendrava em torno de si estratos sociais a quem se estendia o direito à cidadania, acesso às prerrogativas democráticas e de participação política na vida local. Também conjugava os interesses pela plena participação nas instituições de poder reforçada pelo discurso da necessidade do país de se enquadrar na filosofia liberal. Também armados desse discurso liberal, jornais e partidos formavam um bloco civilizatório, parte do projeto de modernização das instituições do Estado Nacional em formação. Embora partidos não fossem contemplados dentro do esboço constitucional, a imprensa representou ao mesmo tempo um dos pilares das garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos do Império, e uma preocupação quanto ao poder que possuía como formadora de uma opinião pública potencialmente influenciadora dos rumos políticos do país.

O artigo 179, parágrafo 4º, do título oitavo da Constituição de 1824 já esboçava esse temor: “[...] todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura; contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos, e pela forma, que a lei determinar”²². No Maranhão, a rivalidade entre as folhas políticas, a necessidade de expressar conceitos a respeito da conjuntura e a forma de descrever o papel de cada agente político nos legou fontes extremamente importantes para tentar compreender as relações entre os personagens e as instituições do Império brasileiro.

²² NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições Brasileiras – 1824*. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2012. v. 1. p. 85.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-219. ISSN: 1808-8031

Referências

Documentos

a) Jornais

A Nação, n. 1, 12 maio 1869.

A Revista, n. 176, 4 abr. 1843.

A Voz do Bacanga, n. 31, 22 maio 1849.

O Argos Maranhense, n. 44, 6 nov. 1851.

O Bem-tivi Caxiense, n. 7, 1 jul. 1849.

O Mexeriqueiro, n. 18, maio 1849.

O Observador, n. 1, 29 jul. 1897.

O Patriota, n. 4, abr. 1813.

b) Outros

ABRANCHES, Clovis Dunshee de. *A boa imprensa*. São Paulo: [s. n.], 1919.

CÂMARA LEGISLATIVA IMPERIAL. Decreto de 22 de novembro de 1823: manda executar provisoriamente o projeto de lei da Assembleia Constituinte sobre liberdade de imprensa. In: *Decretos, cartas e alvarás de 1823*. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/Legimp-F_85.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

LISBOA, João Francisco. *Jornal de Tímon: eleições na Antiguidade e eleições e partidos políticos no Maranhão*. Brasília, DF: Editora Alhambra, s/d.

NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições Brasileiras – 1824*. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2012. v. 1.

SENADO IMPERIAL. Fala do senador Francisco de Paula Souza e Melo. *Anais do Senado*, livro 7, ago. 1843.

VIVEIROS, Jerônimo de; MELLO, Luís de (org.). *Dois estudos históricos: esboço da história do açúcar no Maranhão & no tempo das eleições a cacetes*. São Luís: Ponto a Ponto Gráfica e Editora, 2016.

Bibliografia

ALVES, Francisco das Neves. *Legislação brasileira de imprensa (1823-1923): um catálogo de leis*. Rio Grande: Biblos, 1999. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/19493> Acesso em: 10 abr. 2021.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-219. ISSN: 1808-8031

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 185-205.

CARDOSO, Rafael. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. In: KNAUSS, Paulo *et al.* (org.). *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2011. p. 9-14.

GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial: Imprensa e Independência na Província do Maranhão (1821-1826)*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *João Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Editora Ática, 1977.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

MATTEUCCI, Nicola. Opinião pública. In: BOBBIO, Norberto *et al.* *Dicionário de política*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 842-845.

MOREL, Marco. Restaurar, fracionar e regenerar a nação: o partido Caramuru nos anos 1830. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijú; Fapesp, 2003. p. 407-430.

SANTOS, Arthur Roberto Germano. *Uma história de partidos: organização e atuação políticas da elite maranhense a partir da Assembleia Provincial e da Presidência da Província (1842-1857)*. 2006. 161 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2006.

SERRA, Joaquim. *Sessenta Anos de Jornalismo: a Imprensa no Maranhão (1820-1880)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Faro e Lino Editor, 1883.